

O negro no Brasil meridional

FERNANDO H. CARDOSO

A pequena porcentagem de negros nas populações do Sul do Brasil é um fato conhecido. O escravo nunca desempenhou no Sul papel semelhante àquele que teve na economia das áreas do Brasil onde predominou o latifúndio monocultor que produzia para a exportação. Por isso, o número de negros na população do Brasil Meridional sempre foi pequeno, em comparação com as regiões brasileiras onde se desenvolveu a economia de tipo colonial.

O curioso, porém, é que muita gente explica o acanhado desenvolvimento da economia de certas regiões do Brasil Meridional durante os séculos dezoito e dezenove pela inexistência da escravidão em grande escala. Por outro lado, o pequeno número de escravos seria explicado pela escassez de recursos dos povoadores do Sul e seus descendentes. Estabelece-se, assim, um círculo vicioso.

Essa situação de pobreza e de pequeno número de escravos é característica, por exemplo, de toda a zona litorânea de Santa Catarina e de parte da costa do Rio Grande do Sul.

A nosso ver, o mal-entendido criado por este tipo de análise sob a forma de círculo vicioso, pode ser desfeito facilmente, uma vez que se equacione o problema do povoamento e do desenvolvimento econômico da área sulina em termos da situação econômica geral da Colônia.

Com efeito, os portugueses e os paulistas lançaram-se à conquista e ao povoamento do Sul no período de expansão da economia mineradora da Colônia. Os bandeirantes paulistas que povoaram a zona litorânea de Santa Catarina (Desterro, Laguna), e, mais tarde, o sertão do Rio Grande do Sul, contaram basicamente com o elemento indígena para seus deslocamentos. Eram gente de prole, mas sem cabedais. Senhores de índios e não de negros, numa época em que a posse do escravo negro foi decisiva na competição econômica pelo domínio da mineração. Foram os "emboabas", que possuíam negros, os beneficiários das descobertas que glorificaram os paulistas (1).

O povoamento do Sul fez-se, portanto, por indivíduos vindos de uma região que não contava com recursos para enfrentar com êxito os riscos de um empreendimento econômico audacioso e de vulto, como era a mineração. Os paulistas, devido às transformações que operaram na estrutura da economia colonial dessa época, seriam homens relativamente pobres, embora possuíssem recursos apreciáveis em escravaria indígena, pois não eram donos de escravos negros. O que equivale a dizer que eles não possuíam os meios essenciais para a produção da nova riqueza colonial: o ouro (2).

Mais tarde, a economia sulina vai organizar-se em torno de um produto, basicamente: a exploração do gado. E o mercado para este produto era a zona da mineração. Mesmo depois, já na segunda metade do século dezoito e no início do século dezenove, quando houve a exploração do charque, esse produto era consumido, também, na área colonial, seja nas colônias espanholas do Prata, seja no próprio Brasil.

Isto significa que a exploração dessa região organizou-se como uma economia subsidiária da economia propriamente colonial, isto é, daquela que visava a exportação para o mercado internacional, através da Metrópole.

Ora, nos países cuja economia se assenta na exploração da mão-de-obra escrava, os empresários

tendem, naturalmente, a inverter o capital empatado sob a forma de mão-de-obra escrava (que é vultoso quando comparado com os demais fatores de produção nesses países) nos setores de atividade econômica que produzem maiores lucros, isto é, onde haja maior diferença entre os recursos já investidos na aquisição, reposição e manutenção dos escravos, por um lado, e o valor do seu produto de trabalho, por outro lado. Isto acontece exatamente no setor exportador da economia, por motivos que não cabe discutir aqui (3).

Vê-se, pois, que o número relativamente pequeno dos escravos utilizados na exploração econômica do Brasil Meridional se prende ao mecanismo econômico geral da Colônia, e à maneira peculiar como a economia sulina se entrosou na economia colonial. Teria sido necessário que houvesse no sul um produto de exportação capaz de concorrer vantajosamente com os demais produtos que foram objeto de exploração colonial no Brasil, para que houvesse afluxo de capitais e empreendedores para aquela região. Então, apesar da pobreza da população local, teria existido um número considerável de negros, e, com eles, riqueza, pois eles eram a própria riqueza, o capital. Tanto isto é verdade, que na única região onde houve um produto capaz de permitir ampla margem de lucro, o charque, houve também a maior concentração de escravos do sul do País.

Entretanto, como essas condições não existiram, tornava-se, em geral, pouco compensadora a inversão de recursos em escravos negros. Os possuidores de fortunas locais não se interessavam pelo negro, dado o alto preço alcançado pelas "peças" por causa do mercado negreiro para a mineração que tornava anti-

econômica a inversão na mão-de-obra escrava. Os empreendedores de outras áreas da Colônia não tinham estímulos para investir porque não havia nenhum produto do sul capaz de produzir maiores lucros do que os produtos de exportação de outras áreas da Colônia.

Resumindo, não houve escravos negros em quantidade apreciável no Brasil Meridional porque: a) no início, a penetração no sul foi feita por povoadores pobres, isto é, que não possuíam negros, e isto num período em que a mão-de-obra negra já era essencial, mesmo fora da área de produção açucareira, para exploração dos produtos da economia colonial; e, b) mais tarde, a economia sulina organizou-se em torno de produtos consumidos nas áreas coloniais, que, por isso mesmo, não ofereciam os mesmos incentivos econômicos que os produtos de exportação. Não propiciavam, assim, a inversão de capitais em grande escala.

Além disso, a única atividade econômica selecionada nesta área que foi realmente lucrativa, a criação do gado, não exigia emprego extensivo de mão-de-obra, pelas próprias condições em que era praticada. Apenas nas charqueadas houve condições e necessidades econômicas capazes de atrair e produzir riqueza. Por isso, na zona de Pelotas, zona de maior concentração da exploração do charque, houve a maior concentração de negros do sul do País.

(1) Cf. análise feita por Florestan Fernandes no trabalho que este autor realizou em colaboração com Roger Bastide, *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo*, Editora Anhembi, São Paulo, 1955, págs. 21 e sgts.

(2) É o que se pode depreender da leitura de Antonil, por exemplo. Cf., André João Antonil, *Cultura e Opulência do Brasil*, Livraria Editora Progresso, Salvador, 1950, terceira parte, págs. 211-290.

(3) A análise deste processo pode ser encontrada no livro do sr. Celso Furtado, *A Economia Brasileira*, editora A Noite, Rio de Janeiro, 1955.